

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.069 DISTRITO FEDERAL

RELATORA	: MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Governador do Estado de Alagoas em face dos dispositivos da Lei Complementar nº 62/1989, na redação conferida pela Lei Complementar nº 143/2013, que disciplinam os critérios de repartição dos recursos provisionados no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Ao apreciar o mérito da presente ação, o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade, sem pronúncia da nulidade, dos incisos II e III e do § 2º do art. 2º da Lei Complementar n. 62/1989, alterados pela Lei Complementar n. 143/2013. Segundo o voto da e. Relatora, Ministra Cármen Lúcia, a inconstitucionalidade declarada funda-se:

“Na Lei Complementar n. 143/2013 se estabeleceu, portanto, transição demasiadamente alongada entre a metodologia de rateio originária, cuja inconstitucionalidade foi reconhecida por este Supremo Tribunal, e a nova sistemática, esta apta a realizar a justa distribuição dos recursos para dar cumprimento à principal finalidade do Fundo de Participação: a redução das desigualdades regionais. (...)

Não se pode admitir, entretanto, a manutenção dissimulada de sistemática de rateio cuja inconstitucionalidade tinha sido declarada por este Supremo Tribunal, que decidiu que os índices fixados no Anexo Único da Lei Complementar n. 62/1989 estavam defasados em 2010 e não eram aptos a promover a justa distribuição de recursos em conformidade

com as disposições constitucionais sobre a matéria.

Mantidas as normas introduzidas pela Lei Complementar n. 143/2013, grande parte dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal continuaria a ser rateada, por longo período, com base em coeficientes fixos, sistemática invalidada por este Supremo Tribunal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade ns. 875, 1.987, 2.727 e 3.243”

Após os julgamentos de mérito (eDOC 29) e dos embargos de declaração (eDOC 38), fora mantida a eficácia dos dispositivos declarados inconstitucionais até 31.12.2025, ou até a superveniência de nova legislação sobre a matéria.

A União (eDOC 44) requer esclarecimento a respeito da perda de validade do artigo 2º da Lei Complementar nº 62/1989 em decorrência do transcurso do prazo de modulação dos efeitos da decisão de mérito.

Por sua vez, o Estado de Alagoas deduz pedido (eDOC 46) para que: “seja determinado, de forma provisória, que os recursos do FPE sejam distribuídos proporcionalmente a coeficientes individuais de participação obtidos a partir da combinação de fatores representativos da população e do inverso da renda domiciliar per capita da entidade beneficiária, à luz da parte final do inciso III do art. 2º da Lei Complementar 62/1989.”

Manifestou-se, também, o COLÉGIO NACIONAL DOS PROCURADORES GERAIS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL (eDOC 49), para que seja determinada a extensão do prazo por mais 90 (noventa) dias, à modulação dos efeitos da decisão proferida nesta ação direta de inconstitucionalidade, o qual se encerraria em 31.12.2025.

É o relatório.

Decido.

A distribuição pela União de recursos aos Estados pelo FPE - Fundo de Participação dos Estados constitui obrigação constitucional indeclinável do federalismo cooperativo brasileiro, prevista dentre outras disposições no art. 159, I, *a*, da Constituição da República.

Esse mecanismo financeiro viabiliza tecnicamente determinações constitucionais de assegurar, de um lado, a autonomia dos entes federados, especialmente a autonomia financeira (art. 18 e 25 caput); e, do outro, promove o objetivo fundamental da República, qual seja, a redução das desigualdades regionais e sociais, art. 3, III, da Constituição.

Conforme acima consignado, em trecho do voto da e. Relatora, Ministra Cármen Lúcia, a redução das desigualdades regionais é uma das razões pelas quais esta Corte declarou a inconstitucionalidade, sem pronúncia da nulidade, dos incisos II e III e do § 2º do art. 2º da Lei Complementar n. 62/1989, alterados pela Lei Complementar n. 143/2013.

Das informações trazidas aos autos verifica-se que, de fato, não houve até o presente a edição pelo Congresso Nacional de lei apta a colmatar a lacuna normativa.

A persistência desta situação fática a partir de **primeiro de janeiro de 2026 pode ensejar grave insegurança jurídica à União e aos Estados, em razão da ausência de critérios a serem seguidos para a distribuição dos recursos do FPE pela União. Assim como gera preocupante incerteza quanto aos valores a serem recebidos, o que pode constituir grave dano às finanças e às políticas públicas estaduais.**

Destarte, tais circunstâncias vão de encontro às determinações do

acórdão proferido por este Supremo Tribunal Federal, e, sobretudo, às prescrições constitucionais a respeito do federalismo brasileiro.

Ante este quadro, verifico a presença da plausibilidade jurídica e da urgência dos pedidos deduzidos. Reconheço, igualmente, as razões de segurança jurídica e de excepcional interesse social aptas a autorizar a prorrogação dos efeitos da decisão proferida neste processo.

Diante do exposto, **julgo parcialmente procedente** para prorrogar a manutenção da **eficácia dos dispositivos declarados inconstitucionais até 1.3.2026 (primeiro de março de dois mil e vinte e seis)** e submeto a presente decisão ao referendo, em sessão virtual, do Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Brasília, 31 de dezembro de 2025.

Ministro **EDSON FACHIN**

Presidente

Documento assinado digitalmente